

Entre cidades partidas e quartos de despejo: territórios, nomenclaturas e relações de poder

Joice de Souza Soares^{1*} 

¹ Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE) – Brasil

*Autor de correspondência: joiceesoares@hotmail.com

RESUMO

Em setembro de 2023, ocorreu o “I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo central do evento foi discutir a alteração da nomenclatura “aglomerados subnormais”, utilizada nas pesquisas e publicações oficiais do órgão para definir territórios populares em todo o País. Neste texto, por meio de um relato de experiência, busquei explicitar os aspectos por mim considerados relevantes no evento. Para tanto, recorri às minhas lembranças, partindo do pressuposto, todavia, de que a memória não se institui como um fenômeno individual. A memória que construí dos acontecimentos foi formada pelas vivências coletivas que tive; elas informam o meu olhar e a forma como atribuo significado à realidade. Sob a égide dessa perspectiva, concluo minha narrativa asseverando que nomear é exercer poder. Ao abrir as portas para a sociedade, o IBGE se aproxima da construção de uma sociedade mais democrática e plural, afastando-se de discursos estigmatizantes e pejorativos sobre esses territórios e suas populações.

ABSTRACT

In September 2023, occurred the “I National Meeting of Production, Analysis and Dissemination of Information on Favelas and Urban Communities in Brazil”, promoted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The central objective of the event was to discuss the change in the nomenclature “subnormal clusters”, used in the agency’s official research and publications to define popular territories in the country. In this text, through an experience report, I explain the aspects that I considered relevant on the event. I recall my memories, assuming, however, that memory is not established on the individual way. The memory is built of the events was formed by the collective experiences; they inform my view and the way I attribute meaning to reality. Under the auspices of this perspective, I conclude my narrative by stating that naming is exercising power. By opening its doors to society, IBGE moves closer to building a more democratic and plural society, moving away from stigmatizing and pejorative discourses about these territories and their populations.

RESUMEN

En septiembre de 2023 tuvo lugar el “I Encuentro Nacional de Producción, Análisis y Difusión de Información sobre Favelas y Comunidades Urbanas en Brasil”, promovido por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). El objetivo central del evento fue discutir el cambio en la nomenclatura “agregación subnormal”, utilizada en las investigaciones y publicaciones oficiales del organismo para definir los territorios populares en el país. En este texto, a través de un relato de experiencia, explico los aspectos que consideré relevantes sobre el evento. Traigo mis recuerdos, asumiendo, sin embargo, que la memoria no se establece de forma individual. La memoria que se construye de los acontecimientos se formó a partir de las vivencias colectivas; informan mi visión y la forma en que atribuyo significado a la realidad. Bajo los auspicios de esta perspectiva, concluyo mi narrativa afirmando que nombrar es ejercer poder. Al abrir sus puertas a la sociedad, el IBGE se acerca a la construcción de una sociedad más democrática y plural, alejándose de discursos estigmatizantes y peyorativos sobre estos territorios y sus poblaciones.

PALAVRAS-CHAVE:

Comunidade
Espaço urbano
Favelas
Representações

KEYWORDS:

Community
Favelas
Representations
Urban space

PALABRAS-CLAVE:

Comunidad
Espacio urbano
Favelas
Representaciones

Entre percepções e concretudes nas encruzilhadas do tempo

“Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou apenas hoje”. Início este texto fazendo referência ao provérbio de origem iorubá para assim saudar Exu. Quando li pela primeira vez este ditado, confesso que não consegui apreender exatamente seu sentido. Afinal, a experiência colonial moldou nossos olhos, ouvidos e bocas, treinando-os para ver, escutar e dizer apenas aquilo que pertencesse à matriz eurocêntrica ocidental.

No entanto, a despeito das tentativas de apagamento da ancestralidade africana, os vestígios do passado permanecem. Se reconhecermos a persistência da memória nos atos cotidianos, a resistência ancestral fica evidente. Senhor que abre caminhos, Exu é aquele que anda para a frente sem esquecer do trajeto deixado atrás de seus pés. Por isso, os êxitos alcançados no presente só podem ser compreendidos à luz das lutas daqueles(as) que tornaram o percurso possível e o trilharam antes de nós.

O “I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os dias 25 e 29 de setembro de 2023, foi uma vitória. Ousaria dizer, com base na epistemologia das encruzilhadas (RUFINO, 2019), que o evento foi como a pedra de Exu: lançada hoje, acertou iniquidades de ontem.

Neste artigo, buscarei apresentar, com base em minhas lembranças, os aspectos mais relevantes dessa iniciativa. Farei isso por meio de um relato de experiência, na medida em que participei do referido Encontro na condição de servidora do IBGE e membro da comissão organizadora.

A principal fonte à qual recorro é a memória. Entretanto, longe de considerá-la um fenômeno individual e ligado apenas a algo íntimo (BOSI, 1994), eu a concebo como uma construção coletiva (HALBAWCHS, 1990). Isso significa que os significados que atribuo aos fatos é permeado pelas experiências que tive ao longo de minha existência.

Em geral, grande parte da população não se dá conta de que seus atos no presente são os elementos que constituem a História. O cotidiano reveste de ordinariedade acontecimentos que, futuramente, poderão ser compreendidos

como marcos nas trajetórias das sociedades. Parece-me que é exatamente isso o que ocorre com os fatos históricos quando reconhecidos como tal por historiadores(as).

O distanciamento entre o presente e o passado funciona como condição necessária para desnudar a relevância dos acontecimentos. Mesmo na História do Tempo Presente, historiadores(as) invocam a passagem dos anos como condição necessária, afinal trata-se de uma história do passado recente (DELACROIX, 2018). Ainda assim, atrevo-me a dizer que o Encontro foi um fato histórico, posto que posso entendê-lo como constructo, algo “[...] inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e conjecturas” (FEBVRE, 1933 apud LE GOFF, 1990).

Dito de outro modo, arrisco afirmar que o evento organizado pelo IBGE foi um fato histórico, um verdadeiro marco. Asseguro isso porque consigo mensurar sua relevância em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Mas, o que este Encontro teve de tão importante para que eu me aventure por caminhos imprecisos, onde há perigos como o anacronismo e a previsão futuroológica?

De acordo com o Instituto, o objetivo primordial do Encontro era

[...] refletir coletivamente sobre as representações construídas pelo IBGE a respeito das favelas e comunidades urbanas brasileiras, considerando a possibilidade de suprimir o uso da nomenclatura “aglomerado subnormal” nas bases e materiais de divulgação do Censo de 2022, substituindo-o por outra que possa servir também como ponto de partida para a futura reformulação do conceito, visando à preparação de novas pesquisas (IBGE, 2023, *online*).

Há alguns elementos importantes para destacar sobre o evento tendo como base este trecho: i. possibilidade para reflexão coletiva sobre representações acerca das favelas e comunidades urbanas; ii. possibilidade de supressão da nomenclatura vigente; iii. ponto de partida para reformulação do conceito em levantamentos futuros.

No tocante ao primeiro aspecto, diversos autores (LEITE, 2012, 2014; MELLO, MACHADO DA SILVA, FREIRE, SIMÕES, 2012; VALLADARES, 1978, 2005) abordaram as representações negativas produzidas sobre as favelas, em especial se tomada como referência a cidade do Rio de Janeiro. Desde o início do século passado, esses territórios foram designados como espaços de bêbados, prostitutas,

vagabundos, feiticeiros(as) e toda sorte de indivíduos não desejados nos limites da cidade (LEITE, 2012).

Nos anos de chumbo, a vinculação entre favelas e comunistas, terroristas e inimigos do regime marcou a construção de narrativas sobre esses territórios e seus moradores (VALLADARES, 1978). Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos de 1980, as favelas foram atreladas à noção de crime e periculosidade, ambientes de violência e habitados por pessoas “foras da lei” (LEITE, 2012).

Ao reconhecer sua participação na [re]produção dessas representações, o IBGE abriu espaço para o diálogo com os atores que são diretamente impactados pelos estigmas gerados por elas. Esse feito, ao menos no tocante à designação dos territórios periféricos, foi inédito.

A possibilidade de supressão do termo “aglomerados subnormais” é sem dúvida uma importante conquista das populações desses locais, já que a designação de seus espaços de habitação como “subnormal” nunca foi aceita. A insatisfação com a nomenclatura estabelecida em 1987 datou quase do mesmo momento em que ela foi adotada, de modo que as últimas décadas foram marcadas por críticas de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, membros da academia e técnicos do próprio Instituto. Ainda assim, o termo permaneceu nas pesquisas e publicações oficiais do órgão por mais de trinta anos.

Por fim, ainda que os critérios para identificação dos territórios não possam ser alterados neste momento, uma vez que o Censo Demográfico 2022 foi a campo a partir deles, a possibilidade de revisão do conceito para pesquisas futuras abre espaço para adoção de novas regras de classificação. Atualmente, o primeiro quesito para definição dos chamados “aglomerados subnormais” é a ausência do título de propriedade – aspecto muito criticado por moradores, pesquisadores e movimentos sociais, pois isso não significa necessariamente melhorias nas condições de vida das populações.

As considerações anteriormente tecidas me levam a crer que, de fato, o “I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil” foi um marco histórico no tocante à relação entre o Estado e os territórios periféricos.

Retomo neste ponto o provérbio iorubá com o qual iniciei este texto: o que acontece no presente precisa ser compreendido à luz do passado, para assim

viabilizar a emergência de novos futuros. Não há como apreender a importância do evento sem vinculá-lo à histórica luta dos povos favelados¹ contra as violências material e simbólica a que foram submetidos – e ainda o são.

Neste texto, tentarei descrever minha experiência enquanto participante do Encontro. Antes de tudo, preciso advertir o(a) leitor(a) de que considero este relato fruto de um saber localizado (HARAWAY, 2009). Como membro do corpo funcional do IBGE, eu me situo dentro de limites institucionais. As minhas impressões, todavia, também se fizeram a partir de meus sentidos: sou uma pessoa marcada.

Tenho inscrito em meu corpo símbolos que conferem uma posição específica nesta sociedade: gênero e raça são os mais visíveis; a classe vem em seguida. Escrevo do lugar que me contém a partir das experiências do meu corpo de mulher negra e periférica.

Considerar esse lugar como a base de minha escrita significa enxergar a potência que reside na corporeidade de cada indivíduo. Todas as experiências humanas são vividas a partir das sensações experimentadas pelos e nos corpos. Tais corpos são socialmente marcados e atravessados cotidianamente por múltiplos elementos – que não atingem a todos(as) da mesma forma e intensidade.

É por isso que qualquer objetividade requerida só pode ser efetivada se salientado de antemão esse aspecto. Por essa razão, não há interpretações ou sensações únicas acerca dos fenômenos, já que a

[...] objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva (HARAWAY, 2009, p. 21).

A minha experiência está vinculada a uma posicionalidade determinada. É por meio do reconhecimento dessa localização social que confiro objetividade a sentimentos e impressões. Sob tal prisma, a “neutralidade” não passa de mero instrumento retórico. Eu vivi e senti o Encontro a partir do meu corpo. Por meio dele, assisti pela primeira vez a um movimento concreto de transformação discursiva

¹ Atualmente, moradores de favelas reivindicam o reconhecimento de sua identidade “favelada” como marcador fundamental para a construção de suas identidades. Essa iniciativa se vincula à afirmação das favelas enquanto lugares de potência, de modo a ressignificar as imagens socialmente construídas sobre tais territórios – em geral estigmatizantes e estereotipadas.

para ressignificação de imaginários e práticas em relação a territórios favelados e periféricos.

Tendo em vista tais considerações, na próxima seção descreverei de forma breve o processo histórico sobre a produção de estatísticas oficiais acerca de territórios populares, com destaque para a recente alteração da nomenclatura pelo IBGE. No tópico seguinte, explico meu ponto de vista sobre o Encontro, deixando claro o lugar de onde falo e os motivos pelos quais essa experiência me tocou de forma tão significativa. Por fim, na última parte deste artigo, destaco os principais acontecimentos do evento, apontando os desafios que ainda se colocam para o futuro.

Pensar o hoje a partir do ontem é a pedagogia de Exu. A História não é apenas sobre aquilo que deve ser lembrado, mas também sobre a produção de esquecimento (RUFINO, 2019). Resignificar o que foi pelo prisma daquilo que é faz parte do processo de [re]construção da vida por meio das encruzilhadas do tempo. Somente a partir delas será possível [re]nomear a própria existência.

Ontem, hoje, amanhã: espaço de experiência e horizonte de expectativa

A demanda por estatísticas capazes de retratar as características dos diferentes territórios do país existia desde o início do século XIX. A primeira iniciativa exitosa, entretanto, veio apenas com o censo de 1872, ainda sob a Diretoria Geral de Estatística do governo imperial.

Com as crises ocorridas no fim do século, o levantamento censitário posterior ocorreu apenas após a Proclamação da República, em 1890. Daquele momento até os anos de 1930, quando da criação do IBGE, ocorreram três censos – em 1900, 1906 (extraordinariamente) e 1920.

Também nos anos de 1920, a palavra “favela” começou a integrar o vocabulário dos habitantes do Rio de Janeiro, então capital do Distrito Federal. Inicialmente utilizado para se referir ao morro da Providência, dali em diante conhecido como morro da Favela, o termo se popularizou nos jornais e se tornou uma categoria destinada a “[...] designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas” (VALLADARES, 2005, p. 7).

O primeiro censo populacional levado a cabo pelo IBGE aconteceu em 1940. Na mesma década, houve também o primeiro “censo das favelas”, realizado pelo Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal, a pedido de Ângelo Mendes de Moraes, então prefeito do Rio de Janeiro.

Os resultados da pesquisa foram apresentados à Câmara de Vereadores e integraram as notícias dos jornais no período. De maneira geral, além da preocupação com o crescimento das favelas na cidade, os discursos revelaram posicionamentos racistas acerca das populações residentes nesses territórios (GONÇALVES, 2020).

Dois anos depois, o censo nacional de 1950, realizado pelo IBGE, tornou evidentes as diferenciações existentes na sociedade brasileira, afirmando que os moradores das favelas – majoritariamente pessoas pretas e pardas, como até os dias atuais – não alcançavam facilmente posições superiores ou atividades laborais mais elevadas na organização social.

Além disso, a experiência do censo distrital fez com que elementos utilizados no levantamento do Rio de Janeiro fossem replicados em nível nacional nos censos de 1950 e 1960, tornando a categoria “favela” sinônimo de territórios precarizados e bairros pobres do país (GONÇALVES, 2020).

O consenso sobre a terminologia, no entanto, estava longe de ser alcançado. Mesmo em 1948, quando do censo de favelas do Rio de Janeiro, não havia certeza sobre a possibilidade de o conceito representar a realidade e os distintos tipos de habitação utilizados pelos grupos mais pobres na estrutura da sociedade carioca (OLIVEIRA, 2021).

O período foi marcado por intensas transformações no corpo social e na organização política do país – a consolidação de Brasília enquanto capital da república, o golpe militar de 1964 e os atos institucionais que o sucederam foram alguns dos acontecimentos ocorridos. Tais mudanças implicaram consequências para os territórios populares.

As medidas implementadas a partir de 1962 no Rio de Janeiro, ainda sob a gestão municipal de Carlos Lacerda, e de forma abrangente em esfera nacional, após o golpe, contribuíram para a valorização imobiliária de determinadas regiões e escancaram as desigualdades e segregações socioespaciais (GONÇALVES; AMOROSO, 2014).

Embora o IBGE se enquadrasse nos objetivos de racionalização e burocratização do Estado brasileiro (OLIVEIRA, 2021), é difícil crer que as pressões da política autoritária não tenham afetado o órgão em alguma medida. E no momento do censo de 1970, os territórios “favelados” não passaram incólumes. A terminologia utilizada para se referir a essas porções do espaço foi alterada e pela primeira vez houve menção aos “aglomerados urbanos excepcionais” em documentos oficiais.

No auge da ditadura civil-militar, aspectos importantes sobre a população, como cor ou raça, deixaram de integrar o questionário censitário e apenas no censo de 1980 o tema voltou à investigação. Em relação às favelas, a nomenclatura foi alterada para “aglomerados especiais urbanos”. Importante lembrar, ainda, que as ações políticas voltadas a esses territórios durante o período foram majoritariamente as remoções (GONÇALVES; AMOROSO, 2014).

Ainda na década de 1980, ocorreu a mudança para a nomenclatura vigente até 2024, utilizada nos levantamentos censitários de 1991, 2000, 2010 e 2022. Por quase quarenta anos, o IBGE nomeou os variados territórios populares do País como “aglomerados subnormais”.

Os motivos que levaram o Instituto, em 1987, a adotar esse termo não são muito claros. O epíteto “aglomerado” já vinha sendo utilizado desde os anos de 1970 e, embora não fosse a melhor forma para designar pessoas vivendo de maneira semelhante em um dado território, ao menos não apresentava tom evidentemente pejorativo.

O desacordo em relação aos padrões arquitetônicos vigentes; a falta do título de propriedade sobre a ocupação do solo; e as condições de vida marcadas pelas dificuldades resultantes da ausência de serviços públicos foram resumidos a uma designação formada por apenas duas palavras. Os “aglomerados subnormais” tornaram-se a forma oficial para que autoridades, pesquisadores(as) e cientistas se referissem a uma enorme quantidade de territórios espalhados Brasil afora.

Por certo, o breve panorama apresentado aqui é insuficiente para compreender os processos em sua magnitude. Parece-me, todavia, que a conclusão nos leva a considerar que o tempo histórico se constitui – e se reconstrói

–, no presente, a partir de espaços de experiência e horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006).

No “I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil”, o IBGE abriu as portas – e os ouvidos – para organizações da sociedade civil, movimentos sociais e moradores(as) de favelas e comunidades urbanas. Tal feito permitiu que as experiências do passado fossem tomadas como fundamentos para a reorganização, no hoje, daquilo que se espera para o amanhã.

Na próxima seção, buscarei descrever minha experiência enquanto participe desse momento. Farei isso a partir de meu lugar institucional por certo; mas também – e principalmente – como mulher negra e periférica, capaz de se identificar com muitas das pautas mencionadas por indivíduos que habitam espaços reiteradamente precarizados e vulnerabilizados pela ausência do Estado.

Nomes e discursos sobre “o outro”: exercício de poder

Eu era adolescente quando minha mãe ainda frequentava um curso técnico de enfermagem. Eu costumava vê-la estudar por meio de várias apostilas após o trabalho e nos fins de semana. Foi ela quem me disse pela primeira vez, ao ler em seu material de estudo, que este era o termo utilizado oficialmente para denominar favelas.

O estranhamento que tomou conta de mim naquele instante possivelmente foi o mesmo que invadiu muitas pessoas desde os anos de 1980. Entendi, com certa dificuldade, que uma das explicações para tal designação estaria relacionada a não adequação das construções existentes aos padrões urbanísticos e arquitetônicos definidos pelos órgãos oficiais do Estado.

Quando soube que havia no IBGE um grupo de pesquisadores(as) e técnicos(as) dispostos a modificar a nomenclatura “aglomerados subnormais” para a divulgação do Censo Demográfico 2022, não pude sentir outra coisa senão alívio. E uma enorme vontade de contribuir nessa empreitada.

O convite veio por uma amiga querida, que está profundamente envolvida nesse projeto. Na semana do evento em Brasília-DF, ouvi colegas repetirem inúmeras vezes que não há como trabalhar em um tema como este sem vínculo,

sem paixão. Preciso concordar. Em alguma medida, senti e sinto que esta é uma reparação com a qual eu tenho o compromisso ético e político de contribuir. Não é apenas uma atividade de trabalho, jamais será.

Isso porque acredito que a nomenclatura adotada para os territórios em questão – no passado, no presente ou no futuro – é muito mais que um nome. O que está em jogo, ao fim e ao cabo, é o ato de nomear como exercício de poder. Quando um órgão como o IBGE define uma nomenclatura ou um conceito, este não se restringe apenas a atividades internas ou precípuas do Instituto. Trata-se, no limite, de o Estado contribuindo para a produção de realidades por meio do discurso.

Ao definir os critérios para considerar um território como “subnormal”, o IBGE afirmou também que a produção de tal espaço se deu por meio de “ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados”. Esta foi a redação oficial do conceito até janeiro de 2024. As ações encampadas por diferentes agentes, inclusive do próprio Estado, pautadas nessa asserção não são responsabilidade do Instituto, por certo. Contudo, é inegável seu peso na construção não apenas de imaginários, mas também na definição de atos concretos.

Ao tomar o Rio de Janeiro como exemplo, os potenciais nocivos dessa designação no tocante à ação policial foram e ainda são enormes. Afinal, ocupar irregularmente a propriedade de outrem pode legitimar a interpretação de que as populações desses territórios são criminosas. A sujeição criminal (MISSE, 2008) certamente será imposta a um tipo específico de indivíduo. E em um país com enorme fetichismo penal e estruturalmente racista (ALMEIDA, 2019), os efeitos para os(as) moradores(as) podem ser vistos cotidianamente nos jornais País afora.

O ponto fulcral é que os nomes não são estabelecidos de forma alheia às tensões sociais existentes. Eles servem para legitimar uma determinada forma de conceber o mundo, a sociedade, os indivíduos – e suas diferenças. E essa é a chave explicativa por meio da qual eu compreendo o processo de nomeação dos territórios de

[...] favelas, ocupações, comunidades, quebradas, grotas, baixadas, alagados, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, loteamentos informais, vilas

de malocas, entre outros, expressando diferenças geográficas, históricas e culturais na sua formação (IBGE, 2024, p. 52).

Ao afirmar que um dispositivo é “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas [...]”, Foucault (2000, p. 244) abriu o caminho para que pudéssemos compreender a formulação de proposições, nomes, definições e designações como uma forma de exercício do poder.

Definir esses espaços como “irregulares” e “subnormais” contribuiu significativamente para a manutenção de representações pejorativas sobre eles – e inclusive a respeito das pessoas que neles habitam. Decidir pela mudança do nome é, a meu ver, posicionar-se a partir de um lugar que se nega a corroborar a construção permanente de imagens depreciativas sobre esses territórios.

O olhar e a escuta: nós e eles?

O evento foi organizado pela Coordenação de Geografia (CGEO), vinculada à Diretoria de Geociências (DGC), do IBGE. O grupo de trabalho envolvido na organização mobilizou servidores(as) de diferentes órgãos do Instituto, entre eles a Diretoria de Pesquisas (DPE), a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e a própria Diretoria de Geociências (DGC). Também estiveram no evento funcionários(as) das vinte e sete Superintendências Estaduais do IBGE – uma de cada Unidade da Federação.

Em diferentes momentos, servidores(as) do Instituto ressaltaram que o Encontro era o primeiro passo, o início de uma conversa, o princípio de uma relação. A ideia subjacente ao evento era a de estabelecer o diálogo com as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. Para o futuro, o prognóstico desejado era o de uma interlocução frequente e efetiva com esses grupos e com as populações dos territórios.

A representação das diferentes partes do país foi um destaque do evento. E isso não apenas pelos funcionários(as) do Instituto que foram a Brasília dialogar com a sociedade – e sobretudo ouvi-la. Entre os representantes de organizações da

sociedade civil e de movimentos sociais também foi possível verificar o esforço do órgão para ir além das discussões centradas no eixo Sul-Sudeste.

Entre os(as) participantes, lideranças e moradores(as) de territórios em Belém-PA, São Luís-MA, Fortaleza-CE, Brasília-DF, Manaus-AM, Rio de Janeiro-RJ e São Paulo-SP. Professores(as) e pesquisadores(as) do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), do Museu das Favelas, das Universidades de São Paulo (USP) e Federal do ABC (UFABC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), entre outras instituições, estiveram presentes.

A Secretaria Nacional de Periferias do governo federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ONU-Habitat, a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco também contaram com representantes.²

A diversidade regional dos(as) convidados(as) proporcionou discussões ricas e demonstrou a pluralidade existente no Brasil. Por certo, isso também se refletiu nas preferências acerca do novo nome para os territórios em questão. Tornou-se evidente que o termo “favela” é predominante nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mas não é bem aceito nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo.

Para essas regiões, a palavra “comunidade” pareceu ser a mais utilizada e capaz de produzir consenso. De todo modo, houve intensos debates ligados justamente ao rechaço do termo “favela” como produto de uma narrativa hegemônica e pejorativa construída ao longo do século XX. Para parte dos participantes, a afirmação da “favela” por meio de uma apropriação positiva é um elemento fundamental para a articulação da luta em espaços vulnerabilizados.

As mesas de conversa contaram sempre com a mediação de servidores(as) do IBGE e a participação de convidados(as) da academia e dos territórios. Ao longo dos dias, todos(as) puderam responder a um questionário eletrônico em que constavam as propostas elaboradas pelo grupo consultivo acerca da nomenclatura – “favelas e assentamentos populares” – e da descrição dos critérios para a definição dos chamados “aglomerados subnormais”.

² A lista completa de participantes pode ser encontrada em: <https://eventos.ibge.gov.br/infofavela2023/apresentacao>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

A organização do evento foi responsável por elaborar a síntese das respostas ao formulário e levá-la para a plenária, que ocorreu no dia 28 de setembro. Naquele momento, os(as) participantes puderam escrever em conjunto uma carta de demandas para o IBGE – relacionadas não apenas à revisão da nomenclatura e da redação dos critérios, mas também à própria definição dos requisitos para classificação dos territórios, a serem adotados em pesquisas futuras e no Censo 2030.

No último dia, a programação contou com uma reunião do grupo consultivo – considerando os membros ainda presentes – e do corpo técnico do Instituto. Entre os resultados do evento, a garantia de que o termo “aglomerados subnormais” não seria mais utilizado nas publicações oficiais do IBGE, incluindo a divulgação do Censo 2022. O órgão se comprometeu a decidir tecnicamente a nova nomenclatura adotada a partir dos insumos obtidos no Encontro.

Nos cinco dias em que participei do evento, aprendi muito. Ouvi argumentos técnicos, levantados por colegas que vão a campo em cada operação censitária e vivenciam os desafios de retratar um país tão grande e desigual como o nosso. Também escutei os pontos levantados por acadêmicos(as), líderes de movimentos sociais e moradores(as) de territórios há tanto tempo estigmatizados e deixados à margem das políticas públicas pelo Estado.

O Brasil apresenta muitos locais em que há insegurança jurídica quanto à posse, com oferta insuficiente ou inexistente de serviços públicos, em que direitos, inclusive o direito à vida, não são garantidos. São favelas, grotas, alagados, mocambos etc. Em cada região do imenso país, um nome; em todas, realidades muito similares.

Em muitos momentos, lembrei-me da necessidade de o(a) subalterno(a) falar (SPIVAK, 2010). Porque ao dizer o que se é, o indivíduo se constitui enquanto sujeito. Durante todo o século passado, os discursos produzidos sobre esses territórios os conceberam como espaços avessos à cidade, à modernidade, à salubridade, à civilidade. Como consequência, os grupos populacionais que neles residiam foram entendidos como “o(a) outro(a)”. Ao final, tive a certeza: nomear é exercer poder.

Reconhecer o papel desses grupos nos processos de construção das cidades vai muito além de designá-los como “sub” perante uma ótica colonial, elitista, preconceituosa e discriminatória. É preciso considerar o protagonismo desses

indivíduos entendendo-os como sujeitos(as): pessoas com direitos, desejos, sonhos e capacidades.

Ao abrir espaço para ouvir o que essas pessoas têm a dizer, o IBGE chega mais perto de sua função precípua: retratar o Brasil. Isso significa lançar luz sobre um país diverso, múltiplo e muitas vezes desigual. Um país que tantas vezes, como disse Maria Carolina de Jesus (2000), concebeu a favela como o quarto de despejo da cidade. E que tantas outras quis enxergar – e manter – cidades partidas, divididas entre o morro e o asfalto, como a descrita por Zuenir Ventura (1994).

Ao se aproximar de populações historicamente colocadas à margem, o IBGE contribui para a construção de uma democracia real. O Instituto escolheu, ainda que em 2023, não perpetuar uma trajetória de estigmatização e estereotipação. Agiu no hoje, olhando para o ontem, com foco no amanhã.

Mas, isso não se aplica apenas ao órgão. Penso, em verdade, que sobretudo diz respeito aos representantes dos diferentes territórios. Vi lideranças muito jovens. Homens e mulheres negros que chegaram às universidades na última década. Filhos(as) de uma geração que lutou muito para alcançar espaços jamais sonhados por seus antecessores.

Eles(as) chegaram. Estão sentados(as) à mesa. Discutem o presente e o futuro. Mas o fazem à luz do passado. Porque percorrem o caminho traçado por aqueles(as) que vieram antes. Décadas de luta para serem reconhecidos(as) como parte legítima nessas discussões.

A nova nomenclatura foi estabelecida no início de 2024, com a publicação de uma Nota Metodológica³. Quando da divulgação dos dados censitários sobre esses territórios, o IBGE os chamará de favelas e comunidades urbanas. Ao fim e ao cabo, a potência da favela – tão reivindicada por lideranças do Rio de Janeiro e de São Paulo – estará ao lado do pertencimento trazido pelas comunidades, forma frequente de referência a territórios populares no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

O mais importante de tudo isso é que não há mais a possibilidade de que territórios periféricos sejam novamente chamados de “subnormais”. O passo foi

³ Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>

Acesso em: 15 de abril de 2024.

dado, o diálogo está aberto, o espaço foi ocupado. Não tem mais volta, não há passo atrás. A pedra foi atirada hoje, mas Exu certamente acertou no pássaro que viu ontem – nas lutas ancestrais daqueles(as) que ocuparam e resistiram nesses territórios. Laroyê!

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade, lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DELACROIX, Christian. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?**. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018, p. 39-79. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180310232018005>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário**. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, p.1-30, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e23>

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. **Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual**. *Acervo*, Rio de Janeiro, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 209–226, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009.

IBGE. **I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil**. [online]. Disponível em: <https://eventos.ibge.gov.br/infofavela2023/apresentacao>. Acesso em: 18 nov. 2023.

IBGE. Notas metodológicas n. 01. **Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Ática, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Márcia Pereira. **Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”:** favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2012. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2012.v6.n2.126>

LEITE, Márcia Pereira. **Entre a “guerra” e a “paz”:** Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, *Dilemas*, vol. 7, n. 4, p. 625-642, out/nov/dez. 2014. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v7.n.4.7270>

MELLO, Marco Antônio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luíz Antônio; FREIRE, Letícia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira. **Favelas cariocas: ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2008. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.3.4865>

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **Informalidade urbana, classe trabalhadora e raça no Rio de Janeiro: a história dos censos de favelas (1948-1960).** *Revista de História*, São Paulo, [S. l.], n. 180, p. 1-27, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.170643>

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa:** análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.